

Agronegócios e seus “feitiços” no Polo Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) – Notas sobre as Águas e as Frutas do Vale do São Francisco

Natacha Simeí Leal¹

¹Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

Resumo

Inspirado na noção marxiana de fetichismo da mercadoria, este artigo rastreia aspectos da agricultura irrigada no Polo Juazeiro (BA)/Petrolina (PE). Descreve etnograficamente o Vale do São Francisco como importante exportador mundial de mangas e uvas, destacando os efeitos da ciência, da tecnologia e dos investimentos estatais e empresariais em uma região historicamente marcada por longos períodos de estiagem. Com base em observações realizadas durante visitas técnicas a fazendas e à Embrapa Semiárido, entrevistas com agentes do agronegócio e elites políticas locais e análise de documentos – manuais, folhetos e publicações de agronomia e economia –, o texto evidencia contradições e “feitiços” na gestão da ausência e da presença de águas na moderna fruticultura irrigada do Vale do São Francisco.

Palavras-chave: Agronegócio; Antropologia Econômica; Fruticultura; Irrigação; Semiárido.

Agribusiness and Its “Spells” in the Juazeiro (BA) and Petrolina (PE) Regions – Notes of the Waters and Fruits of the São Francisco Valley

Abstract

Inspired by Marx’s concept of commodity fetishism, this article aims to trace aspects of irrigated agriculture in the Juazeiro (BA)/Petrolina (PE) region. It seeks to describe, ethnographically, the São Francisco Valley as the world’s third-largest exporter of mangoes and grapes, highlighting, above all, the effects produced by science, technology, and state and corporate investments in a region historically known for long periods of drought. Based on field observations conducted during a technical visit to farms in the region and at Embrapa Semiárido, as well as through interviews with agribusiness agents and local political elites, and through the analysis of documents (manuals, brochures, and publications on agronomy and economics), this study aims to highlight contradictions and “spells” in the management of the absence and presence of “water” in modern irrigated fruit farming in the São Francisco Valley.

Keywords: Agribusiness; Economic Anthropology; Fruit Farming; Irrigation; Semi-Arid Region.

Recebido em: 09/06/2026

Aprovado em: 14/08/2026

Publicado em: 02/10/2026



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

Este artigo apresenta aspectos da consolidação do chamado “Polo Juazeiro (BA)/Petrolina (PE)” como um dos maiores exportadores de frutas do planeta. Descreve, etnográfica e historicamente, um processo de longa duração marcado por sucessivos investimentos estatais, empresariais e científicos, além de alianças políticas e de parentesco, que transformaram o Vale do São Francisco uma zona semiárida, em uma área irrigável capaz de atender à demanda internacional, especialmente por mangas e uvas.

O texto, assim, anseia rastrear um certo “feitiço” implícito e fundamental da produção (mas também do comércio e do consumo) da “mercadoria fruta” de uma zona semiárida, que transformou os sentidos, os usos e os manejos das terras e das tecnologias, mas, sobretudo, das águas dos rios e das chuvas, conforme demonstrarei nas páginas a seguir.

Para tanto, o artigo se inspira em parte do legado de Marx e de sua Crítica à Economia Política, mas, sobretudo, em uma noção clássica – o “fetichismo da mercadoria” – a fim de descrever, a partir da agricultura irrigada do Vale do São Francisco, uma engenharia um tanto sofisticada capaz de expropriar energia, tempo, terras, águas e a própria vida das pessoas e torná-las ferramentas – ou mercadorias, se preferirem – indispensáveis para um tipo de agronegócio considerado por setores progressistas e conservadores como um “sucesso” ou modelo de “desenvolvimento sustentável” brasileiro.

Com esse Marx, mais implícito do que explícito, refletirei sobre o valor, que se oculta nas formas mercadoria, dinheiro e capital por meio de uma mecânica perigosa que opaca diferenças. A célebre fórmula – capital constante, capital variável e mais-valia – para pensar como frutas são produzidas, não aparecerá necessariamente no texto, mas permanecerá subjacente à análise da produção das frutas. Para uma antropologia que se pretende etnográfica, parece-me especialmente produtivo descrever esse mercado a partir do fetichismo: o processo de transubstanciação de coisas e pessoas nas formas mercadoria, dinheiro ou capital e o modo como esses processos, tal como uma mágica, ocultam as relações que as constituem.

O texto pretende rastrear etnograficamente como frutas – e outras mercadorias dela decorrentes e implicadas – são feitas no Vale do São Francisco. Porque longe de ser falso, ou algo adorado, o fetichismo como nos ensina Marx em “O Capital”, se faz presente em toda e qualquer mercadoria no sistema capitalista e de maneira alargada no dinheiro e no capital. Segundo Marx (2017), o fetiche não é exatamente aquilo que apaga as relações de produção, tampouco deve ser confundido, por exemplo, com ideologia ou alienação. Como comenta o Professor Jorge Grespan (2021, p. 44), no Capitalismo “[...] a forma mercadoria se alastra por todos os seguimentos da vida social [...]”, a ilusão do fetiche é real e ao fazer isso, “[...]”

condiciona comportamentos, concentra poderes sociais efetivos e dificulta a percepção de seus artifícios” (Grespan: 2021, p. 45).

Talvez, por toda a potencialidade deste conceito que a crítica ao fetichismo da mercadoria, como lembra o Professor Mauro Almeida (2021) num texto sobre Marxismo e Antropologia, tornou-se tão central para análises antropológicas. Michael Taussig (2010), talvez seja o melhor desses exemplos quando analisa, brilhantemente, a relação entre o Diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul. Mas há duas questões em Taussig que não podem passar despercebidas, ele enuncia que está fazendo um trabalho sobre populações camponesas que estão passando por um processo de transição de uma economia do “valor de uso”, para uma economia do “valor de troca”, ou seja, não abre mão das forças da história. E mais, logo nos capítulos iniciais provoca seu leitor ao enunciar que aquele trabalho “[...] pretende iluminar a cegueira que nós, já assentados na cultura capitalista, lidamos com as organizações mercadológicas de assuntos humanos” (Taussig, 2010, p. 24).

O problema para esta pesquisa (ainda em curso) é como levar a cabo a máxima de “levar a sério os nativos” quando eles são agentes e elites do agronegócio e, ao mesmo tempo rastrear concretamente o feitiço e a ilusão das mercadorias, do dinheiro e do capital, que não têm nada de falsos: são constitutivos do capitalismo e, no caso em tela, da fruticultura irrigada desenvolvida no Vale do São Francisco.

E o que apresentarei nas páginas a seguir é parte deste problema.

O artigo reúne notas etnográficas de visitas a campo, documentos e entrevistas com agentes do agronegócio fruticultor do Polo Juazeiro/Petrolina, produzidos em dois momentos da pesquisa.

O primeiro deles foi uma visita a campo realizada em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), com estudantes do Bacharelado de Antropologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), onde fui professora, usualmente ministrava a disciplina de Antropologia Rural e estimulava os estudantes a realizarem trabalhos de campo. No Vale, realizamos visitas técnicas na Embrapa Semiárido, na Barragem de Sobradinho e numa fazenda exportadora de frutas. Como já disse em outro lugar – num dossiê sobre “Novas Universidades” (Leal, 2021), boa parte dos estudantes da Univasf da Serra da Capivara conhecem muito de perto a agricultura familiar – são filhos ou netos de agricultores do sertão baiano e piauiense – e como eu, não conheciam de perto o Agronegócio fruticultor em grande escala. E esta experiência será um dos motes deste artigo para pensar um certo caráter “inebriante” do Polo Juazeiro/Petrolina.

Ocorre que desde a realização deste trabalho de campo, segui realizando pesquisas sobre a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. Investi na análise de documentos, entrevistei agentes do agronegócio fruticultor – pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e funcionários da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) – e lideranças da elite política local, além de ter realizado trabalho de campo em uma feira internacional de frutas e hortaliças realizada na cidade de São Paulo (*Fruitt Attraction*), em que a fruticultura irrigada de Petrolina era modelo e grande protagonista.

Assim, o artigo articula descrições de pequena escala – baseadas em observações realizadas diretamente em fazendas e na Embrapa Semiárido, no “chão de fábrica” da produção de frutas – aos efeitos políticos e econômicos do agronegócio em grande escala. Entrevistas com pesquisadores, funcionários públicos e políticos, combinadas à análise documental,

ajudam a elucidar o “feitiço” da produção de frutas para exportação: um arranjo de técnicas de irrigação, tecnologias de Estado, mercado e política em uma zona semiárida brasileira.

2 Uma Breve História, um Breve Contexto

Como relatou um pesquisador da Embrapa Semiárido durante uma entrevista, a chegada de avião em Petrolina-PE, parece “*coisa de cinema*”. Sobrevoando a Caatinga, antes da aproximação à cidade, se vê, especialmente durante os períodos de estiagem, uma paisagem com árvores secas e baixas, esbranquiçadas, cinzas, que paulatinamente vai mudando de cor, ficando completamente verde. Da janela do avião também é possível avistar a imensidão da Barragem de Sobradinho e de suas bobinas, que dividem o rio São Francisco, em duas partes. De um lado, o rio é cercado, esquadrihado por projetos de psicultura e longos canais de irrigação que dali chegam às fazendas de uvas e mangas localizadas na região. E de outro, o rio é corrente, sinuoso:

Interessante é chegar de avião e vir no vôo mais cedo aonde da janela você consegue ir vendo a caatinga, que é a vegetação típica, e quando não está no período chuvoso e ela é acinzentada e, de repente, você começa a ver umas coisas verdes, uns desenhos, uns formatos e aí você entende que está chegando no Vale do São Francisco porque é tipo coisa de cinema mesmo. Como é que pode a paisagem ser tão diferente aonde você tem irrigação e aonde você não tem irrigação? Do alto você vai visualizar a fruticultura e o impacto da fruticultura, muito propiciada ou facilitada também pela Barragem de Sobradinho que armazena água para os nossos maiores Perímetros de Irrigação...
(João Ricardo – Pesquisador da Embrapa)

Figura 1 – Fotos aéreas do Vale do São Francisco



Fonte: Acervo pessoal de Natacha Leal (Plantações do Vale em maio de 2026)

Se do alto, se avista a transição de cores da paisagem da Caatinga e o mar das águas represadas de Sobradinho e do Rio do São Francisco, no chão, de perto, se avista somente a imensidão de pomares verdes, com árvores milimetricamente posicionadas nas propriedades rurais de Petrolina e Juazeiro. Não sem razão, durante uma visita a uma destas propriedades, o técnico agrícola que recebeu a mim e estudantes do Bacharelado em Antropologia da Univasf, logo afirmou apontando para a plantação: “*Nem precisa chover, com a irrigação tudo está resolvido. Chover pode até atrapalhar a produção das frutas. Irrigante não gosta de chuva.*”

O fato é que a irrigação, tecnologias de controle dos solos, nutrição, adubação, uso de reguladores de crescimento nas fazendas de frutas da região em aliança com inúmeras obras da Codevasf e o investimento massivo de pesquisas da Embrapa – capazes de desenvolver variedades de frutas altamente adaptadas ao clima semiárido – tornaram o Vale do São Francisco um polo do agronegócio no Brasil e do mundo.

O uso de técnicas de irrigação na agricultura como solução para os problemas dos longos períodos de estiagem no Vale do São Francisco não é exatamente recente, inclusive está bastante documentado em pesquisas nas áreas de Antropologia e Ciências Sociais. No clássico estudo de comunidade de Donald Pierson, realizado na década de 1950, “O Homem no Vale do São Francisco”, (1972), tais tecnologias estão descritas. Celso Furtado, por exemplo, sugere em “A Operação Nordeste” (1959) – o Plano de Ação que deu origem à Sudene – criar na porção mais seca do Nordeste “uma economia da irrigação” (Furtado: 1959, 49). E nos “Efeitos Sociais Grandes Projetos – O caso de Machadinho e Sobradinho” (1986) a antropóloga Lygia Sigaud lembra que parte da solução para as populações de agricultores deslocadas para a construção do Lago de Sobradinho estava em “pesados investimentos em irrigação” (Sigaud, 1986, p. 24).

O fato é que o chamado “Polo Juazeiro/Petrolina” – que inclui estas duas cidades, mas também municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, em Pernambuco, e Sobradinho, Casa Nova e Curaçá, na Bahia – veio a se tornar o terceiro maior produtor de frutas do planeta, especialmente de uvas e mangas. Somente no ano de 2024, o Vale do São Francisco teria sido responsável pela produção 1,24 milhões toneladas de mangas e 851,5 mil toneladas de uvas, conforme dados dos Observatórios de Exportação de Manga e Uva da Embrapa Semiárido. Dados de 2023, dos mesmos Observatórios, demonstram que o Vale é responsável pela exportação de 99% das uvas e 92% das mangas produzidas no Brasil.

O sociólogo José Fernando Souto Júnior (2019) analisa como o Submédio do Vale do São Francisco se destacou na produção mundial de frutas. Segundo o pesquisador, os números expressivos das exportações resultam de um longo processo de investimentos de instituições públicas – (Sudene, Codevasf, Banco do Nordeste e Embrapa) – e de organismos internacionais, como a FAO e o Banco Mundial, que transformaram terras secas do semiárido brasileiro em áreas irrigáveis com as águas do Rio São Francisco. Os projetos de irrigação no Vale remontam à década de 1940, com a criação da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, e avançam na década de 1950, com a construção da ponte entre Juazeiro e Petrolina e do aeroporto desta última. Ganham fôlego, sobretudo, a partir da década de 1960, com a criação da Sudene e a fundação, em 1968, de duas estações experimentais de irrigação pelo “Grupo de Irrigação do Vale do São Francisco”. Assim, como analisa Souto Júnior (2019), a pujança contemporânea do agronegócio fruticultor de Petrolina e Juazeiro resulta de um projeto de desenvolvimento da irrigação com pelo menos 70 anos.

Nos discursos ufanistas e elogiosos da mídia e das ciências aliadas ao agronegócio, todo esse projeto desenvolvimentista no Submédio São Francisco é visto com muitos bons olhos, inclusive por políticos mais progressistas. Petrolina e sua irmã baiana, Juazeiro, separadas por uma ponte sobre o Rio São Francisco, juntas, têm uma população de 674.566 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025). Possuem 120.000 hectares de área irrigada, sendo responsáveis, como já enunciado, por boa parte da produção de mangas e uvas do país.

O enunciado comum é que esta política de irrigação desempenhou um papel certeiro na redução da pobreza no semiárido: O PIB de Petrolina, por exemplo, praticamente dobrou entre 2011 e 2021¹, segundo dados do IBGE (2025). E em razão do agronegócio da fruticultura ter incrementado a presença de comércio, serviços e turismo viticultor, muito recorrentemente são chamadas de um “oásis no sertão”, um “bom lugar para se investir em viver”, onde “não há falta de empregos ou oportunidades”. Petrolina, inclusive, foi eleita numa premiação recente como “a cidade com a melhor qualidade de vida do Nordeste”.

Durante a terceira edição de “Fruitt Attraction”, uma feira internacional de frutas e hortaliças realizada na cidade de São Paulo em março de 2026, havia estandes de países e regiões exportadoras de frutas como Chile, Egito, Grécia, União Europeia e de estados brasileiros como Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Bahia e Ceará. Não ocasionalmente, a feira abrigava o estande de um único município: o de Petrolina. Foi neste estande, localizado na entrada na feira e cercado pela exibição do slogan “Destino Petrolina. Turismo, Negócios e Inovação na Capital do Sertão”, que conheci Ricardo Coelho, economista e vice-prefeito da cidade, e durante uma entrevista perguntei como ele explicava o êxito econômico do município que geria.

Por que o sucesso de Petrolina? E eu sempre conto quatro fatores importantes de sucesso e, de fato, crescimento da nossa cidade. O primeiro, óbvio, é porque a gente tá geograficamente bem localizado, a gente tá centralizado no meio do Nordeste, então a gente tá mais ou menos equidistante de todas as grandes capitais do nordeste e inclusive do centro-oeste e pro norte do país. A gente tem um grande entroncamento, então as pessoas que vem do centro-oeste pra subir pro norte passam por Petrolina, então tem uma questão de logística geográfica muito boa e isso gera negócios, trânsito de mercadorias, fomento da economia e isso também agrega um pouco a geografia do nosso rio. Então, eu falo assim, que nosso elo dourado é o Rio São Francisco, tudo advém do Rio São Francisco... Pela questão da localização privilegiada e das águas do rio, advieram os canais de irrigação que puderam transformar, realmente, o que era seco, em verde. Então o investimento nos últimos 40, 50 anos no projeto de irrigação, principalmente do Banco Mundial, de iniciativas públicas e privadas, pode organizar esforços (nos perímetros irrigados), inicialmente no Nilo Coelho, depois veio Maria Teresa e do Pontal, então a gente tá falando de mais de 150 mil hectares irrigados na nossa região... Petrolina virou, digamos assim, um Oásis, aquela coisa verde. Terceiro ponto, que eu falo, é das pessoas que foram pra lá. A gente tem uma colônia japonesa que levou parte do desenvolvimento da agricultura, de educação, muita gente na década de 70 e 80 que era do sul foi pra Petrolina, então desenvolveu essa parte de agricultura, especialmente da Uva, que era uma coisa tradicional do sul. Então a gente teve um crescimento aí nos últimos dez anos, então a gente dobrou de população. Diz o censo do IBGE que nós temos 440 mil de população, mas eu acho que é maior que isso. São mais de 440 mil habitantes que estão em Petrolina, que transitam em Petrolina, que não tá no censo do IBGE, se você for pegar qualquer pesquisa socioeconômica tem 2 milhões de pessoas que consomem hoje a nossa cidade, então a gente sabe que nosso crescimento demográfico hoje não é só de nascimento, tem uma série de pessoas que foram pra Petrolina, trabalhar, estudar ou realmente ter uma questão de saúde e ficaram por lá. E aí tem o outro ponto que eu falo: a geografia que a gente tem na região, a água do nosso Rio São Francisco, então vem os investimentos nos canais de irrigação, terceiro as pessoas e o quarto é a educação. Criou-se uma cultura, foi-se implementado o IFSertão, foi implementado a Embrapa, foi implementado a Univasf, foi implementado a UPE, foi implementado a FACAPE, Sebrae, Senac, então tudo tá localizado em Petrolina. Então você teve um investimento em educação muito forte na região, desenvolvendo tecnologias próprias destinadas a nossa própria região... Então somando esses quatro itens que eu falo que é um pouquinho da minha teoria lúdica para o “segredo” de Petrolina. Então, primeiro, é a Geografia, o Sol, o investimento em irrigação, as pessoas que a gente teve a grata sorte de receber boas pessoas que realmente acreditaram

¹ O PIB de Petrolina passou de 3,78 bilhões de reais em 2011 para 7,99 bilhões de reais em 2021, segundo o IBGE (2025).

na região, e o investimento em instituições de ensino que realmente perduraram nesses anos, né? E eu gosto muito de números, gosto de pegar a evolução da cidade... Se você pegar o aumento do PIB do Petrolina, desde a implementação do primeiro projeto de irrigação, o PIB do Brasil cresceu 79 vezes, o de Pernambuco cresceu 74 vezes e o de Petrolina cresceu 230 vezes desde a implementação do projeto da irrigação na região. É o grande marco nosso. (Ricardo Coelho)

A este respeito, valem algumas palavras porque, indubitavelmente, Petrolina é uma “cidade do agronegócio” (Heredia; Palmeira; Lopes, 2010) como tantas outras no Brasil. Na sua parte rica, é asséptica, limpa, com muitos restaurantes, lojas de grife e condomínios fechados, horizontais e verticais. E pode-se ver muito facilmente em sua paisagem inúmeros comércios de máquinas, adubos e defensivos agrícolas. Há sede de escritórios das empresas fruticultoras e de associações de produtores, além de *outdoors* com propagandas de feiras e *agrishows*.

Mas ali não se vê plantação de soja ou mesmo imensos descampados com rebanhos bovinos (e muito facilmente se esquece – ou se omite – as plantações de cana-açúcar da região). O que se vende e se produz são frutas, especialmente mangas e uvas – algo que de fato “se come” e, segundo estudiosos das áreas de agronomia e gestão, ainda não fazem parte do mercado de *commodities* ou derivativos.

Guilherme Coelho – Engenheiro Agrônomo, proprietário de uma fazenda exportadora de frutas, primo do vice-prefeito Ricardo Coelho, ex-deputado federal, ex-prefeito de Petrolina e ex-presidente da Abrafrutas (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados) – a mais importante associação de classe de fruticultores do país –, em entrevistas para a imprensa, costuma diferenciar a fruticultura de outras cadeias produtivas do Agronegócio. A descreve como aquela que “*mais emprega*” e, de fato, produz alimentos para o mundo e usa sempre um mesmo bordão: “*temos que pensar que tem gente que toma o café da manhã e não sabe se vai ter almoço. É preciso aprimorar a exportação de frutas*”. E como me disse o então diretor da Embrapa Semiárido, em outra ocasião de pesquisa, “*Fruticultura tem valor agregado*”.

Tudo se passa como se a região fosse um modelo de “*desenvolvimento sustentável*” e a fruticultura tivesse transformado a caatinga e a vida dos “*sertanejos*”. Contudo, o boom da irrigação voltada para a *plantation* de frutas produziu, e ainda produz, efeitos sobre populações da região que não cabem nos números do PIB. Adalton Marques (2022), em diálogo com Rosa Luxemburgo ([1913] 2021), Francisco de Oliveira (2003) e Ariovaldo de Oliveira (2015), analisa a acumulação primitiva e a reprodução ampliada do capital no Vale do São Francisco. Segundo o autor, houve um intenso processo de expropriação de terras, iniciado com a construção da Barragem de Sobradinho pela CHESF, em 1978, e intensificado pela ampliação dos perímetros de irrigação administrados pela Codevasf e, sobretudo a partir da década de 1990, pela entrada de empresas privadas na região. Esse processo ampliou a migração e o crescimento populacional, mas também a população carcerária e as periferias urbanas. Além disso, numerosas populações camponesas e de fundo de pasto sofreram deslocamentos forçados e foram convertidas em desempregados ou assalariados, muitas vezes das próprias empresas fruticultoras.

Gastei tinta descrevendo este breve contexto, que pode e deve render inúmeras pesquisas, para explicar que vou deixar para Adalton Marques e outros tantos pesquisadores que vem pensando o Vale do São Francisco, a tarefa de analisar os conflitos diretos entre os grandes

projetos de irrigação e fruticultura com populações camponesas e tradicionais do Vale e vou tomar para mim um outro trabalho. Pelo menos, neste artigo.

Pretendo rastrear enunciados e práticas sobre racionalização econômica e tecnologias de manejo e domesticação de plantas e, especialmente, das águas – do rio e das irrigações – produzidos por agrônomos, empresários, políticos e funcionários de Estado, fundamentais para o desenvolvimento no Vale do São Francisco de variedades de frutas adequadas às demandas do mercado consumidor, que conformam um tipo *plantation* realizada no bioma caatinga em que “chover pode até atrapalhar”.

3 Água como Política, Água como Insumo

Petrolina é uma cidade que tinha tudo pra ser pobre. Não chovia, mas tinha o rio. Então aquelas populações do Piauí, de Pernambuco, da Bahia corriam pra ali. Tinha seca, não tinha água... Tô falando de 1930, que teve uma grande seca. Naquela época, o que valia mais era quem tinha músculo, quem era forte. Por quê? Porque conseguia trabalhar na construção de São Paulo. Então, muitos pais de família, simplesmente viajaram, uns iam e voltavam, mas outros ficavam lá. Faziam outra família. Então Petrolina tinha o destino de que? De ser uma cidade de crianças, de viúvas, de mulheres, de idosas. Mas Deus foi bom conosco. Nos deu o sol, fundamental, nos deu o rio e nos deu um bocado de gente com vontade de trabalhar! E foi assim que surgiu a irrigação... (Guilherme Coelho)

Foi com estes dizeres que Guilherme Coelho, naquela mesma *Fruitt Attraction*, me explicou, o êxito econômico de Petrolina. Ele avalia que as eventuais intempéries dos longos períodos de estiagem do semiárido – como a economia de subsistência, isolamento territorial e a migração para o Sudeste - foram superadas com o êxito dos “Projetos de Irrigação”. Segundo ele, na mesma conversa, isto se devia, em parte, por seu “visionário” tio, Nilo Coelho.

Coelhos, como os *outdoors* de insumos ou de eventos de agronegócio, estão por toda a parte de Petrolina. Nomeiam, por exemplo, o aeroporto: “Nilo Coelho”; os parques municipais “Josefa Coelho” e “Rafael Coelho”; além de ruas e avenidas e grande fluxo como a “Clementino Coelho” e a “Avenida da Integração Deputado Geraldo Coelho” e o que nos interessa mais detidamente neste artigo, o maior perímetro de irrigação do município: “Nilo Coelho”.

Figura central na política pernambucana, tendo ocupado os cargos de deputado estadual, deputado federal, governador e senador, Nilo Coelho, é o patriarca de uma família de políticos petrolinenses, não obstante, já bastante estudada por colegas da Ciência Política e da História (Viscarra: 2022; Aquino: 2011, Chilcote: 1991). Guilherme é filho de um dos irmãos de Nilo Coelho, Oswaldo Coelho (ex-deputado estadual de Pernambuco, ex-deputado federal por oito mandatos e ex-Secretário da Fazenda de Petrolina). Ricardo, por sua vez, é neto de outro irmão de Nilo, Geraldo Coelho (ex-vereador e prefeito de Petrolina, além de ex-deputado estadual por Pernambuco). Mas a genealogia e a influência política dos Coelhos em Petrolina não se encerra em Ricardo ou Guilherme.

Nilo também é tio de Fernando Bezerra Coelho (ex-líder do governo Bolsonaro no Senado, ex-Prefeito de Petrolina, ex-deputado federal, ex-deputado estadual, ex-Secretário de Agricultura e ex-Chefe da Casa Civil do estado de Pernambuco, além de ex-Ministro da Integração Nacional no Governo Dilma). Fernando é, ainda, pai de Fernando Coelho Junior (atualmente deputado federal e ex-ministro de Minas e Energia do Governo Temer), de Miguel

Coelho (ex-deputado estadual, ex-prefeito de Petrolina e atualmente candidato a Senador) e de Antonio Coelho, o filho mais novo, (atualmente deputado estadual por Pernambuco).

Deixando as especificidades destas relações eleitorais e genealógicas à parte – que requereriam um artigo² com o propósito de evidenciar a influência política da família na região até os dias atuais – a saga desenvolvimentista de Petrolina com a irrigação, segundo Guilherme (e igualmente Ricardo), teve a influência direta do patriarca da família, Nilo Coelho.

Contam, que enquanto governador biônico de Pernambuco entre 1967 e 1971, durante uma severa estiagem, teria sido o responsável por articular uma visita até os Estados Unidos para conversar com o então presidente do Banco Mundial a fim de angariar recursos para a gestão das estiagens que fossem mais efetivas que as, então, “*frentes de expansão contra a seca*” realizadas pela Sudene e pelo DNOCS responsáveis, segundo Guilherme Coelho, pelas “*aberturas de estradas, açudes e cacimbas*”. O fato é que o então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, vai até Petrolina na década de 1970, e vislumbra, com Nilo Coelho, que aquela cidade poderia vir a se tornar a “*Califórnia Brasileira*”:

E o Robert McNamara foi lá. E se fala que era mês de setembro, uma seca danada. E quando ele viu aquele rio bem azul, com aquele tanto de água e aquela caatinga seca, ele disse: vocês têm condições de ser a futura Califórnia brasileira se fizer irrigação, vocês tem um local ideal. E aí foi quando começou tudo, né? Os projetos de irrigação, o Nilo Coelho, o Maria Tereza que é o nome da mulher dele, e aí começou tudo lá atrás... (Guilherme Coelho)

A título de curiosidade, o californiano Robert McNamara, mencionado pelos Coelhos, foi o presidente do Banco Mundial entre os anos de 1968 a 1981. Conforme descreve o artigo do historiador José Marcio Mendes Pereira (2011), McNamara, ex-aluno da Harvard Business School, ex-presidente da Ford Motor Company, sai da condição de Secretário de Defesa dos Estados Unidos – com consideráveis intervenções tanto na Guerra do Vietnã e quanto na Revolução Cubana – para assumir a dianteira do Banco Mundial.

Segundo Mendes Pereira (2011), num contexto de Guerra Fria, a partir de 1968, o banco foi o responsável, no âmbito de “*assistência externa ao desenvolvimento*” por alavancar recursos para nações da “*periferia do capitalismo*”. Parte deste apoio se deu via Fundação Ford e Fundação Rockefeller, sobretudo, pelo financiamento da Revolução Verde através da criação de Institutos de Pesquisas Agropecuárias, vide os citados pelo historiador no artigo, como: o Instituto Internacional de Investigação sobre o Arroz (IRRI) nas Filipinas, o Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT) no México, o Instituto Internacional de Agricultura Tropical (IITA) na Nigéria e o Centro Latino-Americano para Agricultura Tropical (CIAT) na Colômbia. Talvez venha daí, a confluência de interesses e oportunidades entre McNamara e Nilo Coelho em transformar os sertões do São Francisco, com a irrigação, numa grande *plantation* exportadora de frutas.

Como descreve a dissertação de mestrado em antropologia de Sabrina Bezerra (2025), o primeiro Perímetro Irrigado de Petrolina, o Bebedouro, foi instalado em 1968 (ele aparecerá

² As cientistas políticas Simone Viscarra e Fernanda Gonçalves (2025) já deram os primeiros passos para analisar isso. Descrevem que é precisamente durante o período da ditadura civil militar, que o poder da família Coelho se fortifica (e permanece até os dias de hoje). Nilo Coelho, então filiado ao Aliança Governadora Nacional (Arena), angaria sucessivos recursos do Estado para a região. Tais investimentos, segundo as pesquisadoras, se deram pelo controle institucional e influência que exerciam em órgãos federais como a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), sucedida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o então Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido, fundamentais para o desenvolvimento da fruticultura irrigada na região.

a seguir, quando eu tratar da centralidade da atuação da Embrapa Semiárido no Vale do São Francisco, onde mantém ali, desde esse período, uma estação experimental). Mas teria sido o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) – um braço do Banco Mundial – o principal financiador da construção e expansão do maior perímetro irrigado do município, Nilo Coelho, com hoje 55 mil hectares. Segundo a antropóloga, tal projeto teria sido financiado por um alto custo. A princípio, no ato de sua inauguração em 1984, o financiamento seria de US\$ 96,7 milhões. Mas com a necessidade de ampliação de obras de irrigação e o prazo para sua finalização, o financiamento passou para US\$ 123 milhões em 1986 (Bezerra, 2025, p. 30).

Um perímetro³ irrigado nada mais é que uma área rural, administrada pela Codevasf, dividida em parcelas, abastecida por técnicas de irrigação que levam água da calha do Rio São Francisco àquelas terras por longos canais. A empresa é responsável pela manutenção da infraestrutura comum de irrigação – como as estações de bombeamento, canais e rede de drenagem – e, em seus primeiros tempos de atuação, inclusive, pelo “treinamento dos colonos” e pela construção nestas áreas de estradas, escolas e redes de atendimento à saúde.

Os lotes dos primeiros projetos de irrigação implementados pela Codevasf no Vale – contou-me um Engenheiro Agrônomo funcionário da empresa que atua na regional de Juazeiro (BA) – foram doados e tinham como objetivo, segundo ele, de “fomentar a agricultura familiar”. A partir da década de 90, tais lotes, passaram a ser comercializados, sendo hoje ocupados também por grandes empresas de agronegócio exportadoras. Não sem razão, há uma divisão clara entre as áreas de atuação nestas parcelas de terra. Os economistas Ortega e Sobel (2022) explicam que há as chamadas “áreas de empresa”, ocupadas por fazendas produtoras de frutas em grande escala, e as “áreas de colonização”, onde atuam, como a nomenclatura já enuncia e faz pensar, “colonos”: produtores familiares. Inclusive, segundo a própria Codevasf (Cavalcante, 2010), quando estabelecidos os primeiros perímetros de irrigação no Vale do São Francisco nas décadas de 1960 e 1970, os hectares de destinados aos “projetos de colonização” eram de 4 a 8 hectares por família.

A construção desses perímetros irrigados expropriou terras, como defende Marques (2022), e contribuiu para o aumento da dívida externa desde a ditadura militar, segundo Bezerra (2025). Sobretudo, porém, regulou o acesso à água. É pelos canais de irrigação, geridos por empresas estatais e financiados por bancos e organismos internacionais, que se acessam as águas do Rio São Francisco. Mais do que isso, conforme explicou o engenheiro da Codevasf, os perímetros irrigados transformaram a água do rio em um “insumo” fundamental para a fruticultura da região.

Tal qual implementos agrícolas, máquinas, rações, tecnologias ou sementes, a água irrigada do Rio São Francisco é um “insumo”. E não que águas não sejam insumos para outras culturas agroalimentares, mas em outras regiões e ecologias, chove mais. Numa região semiárida a água é sempre “criada” (Leal *et al.*, 2023), incessantemente selecionada, quiçá, domesticada, porque é uma substância, quase sempre, escassa. Como argumentei em outro lugar, ao trabalhar com uma família de pequenos agricultores do semiárido piauiense que diziam que “criavam água” ao construir barreiros, cacimbas e cisternas para armazenar as chuvas, as águas no semiárido são múltiplas, com diversos fins e qualidades (há algumas

³ Contemporaneamente o “Polo Juazeiro/Petrolina” conta com oito distritos de irrigação: Nilo Coelho/Maria Tereza e Bebedouro, localizados em Petrolina (PE), Fulgêncio em Santa Maria da Boa Vista (PE) e Orocó (PE), Brígida, também em Orocó (PE), além de Curaçá, Maniçoba, Tourão e Mandacaru (Juazeiro e Casa Nova, BA).

águas para as plantas e animais, outras para o consumo doméstico, por exemplo). Longe de serem únicas (insípidas, incolores e inodoras), as águas da caatinga brasileira – em razão das constantes estiagens – exigem cuidados, engajamentos e, logo, um trabalho cotidiano e contínuo para seu uso e manejo.

No caso de projetos de irrigação para uma agricultura em grande escala como os do Polo Juazeiro-Petrolina, a escassez de água é regulada, calculada e domesticada por tecnologias e infraestruturas complexas, conforme nos disse o técnico agrícola citado páginas atrás, que tornam a chuva quase dispensável para a produção: se extrai do rio, através de seu cercamento, bombeamento e irrigação, as águas necessárias para a fruticultura empreendida na região.

Como nos lembra John Bellamy Foster (2023) ao tratar da Ecologia de Marx, a combinação entre a indústria e a agricultura em grande escala tornaram impossível qualquer aplicação de uma ciência racional do manejo da agricultura porque empobreceram, concomitantemente, o solo e o trabalhador ao promoverem a chamada “ruptura da interação metabólica entre o homem e a natureza” desenvolvida por Marx (2017) em *“O Capital”*. A partir de uma crítica ao legado de Malthus e da leitura do químico Liebig apresentada pelos autores, para abastecer as necessidades industriais e o comércio à longa distância, não apenas elementos fundamentais para a reprodução da qualidade do solo passaram a ser saqueados, mas a terra tornou-se mercadoria comercializável e fundamental para a produção, valorização e comércio de tantas outras mercadorias.

No caso da agricultura altamente tecnificada empreendida no Vale do São Francisco, desenvolvida por meio de grandes projetos de desenvolvimento financiados por organismos internacionais como os Perímetros Irrigados (mas, igualmente, a Barragem de Sobradinho da qual tratarei melhor em sessão a seguir), não apenas a terra tornou-se mercadoria, mas também as águas irrigadas e cercadas do São Francisco utilizadas para a fruticultura que, não obstante, foram alienadas de diversas populações que tinham livre acesso ao rio antes destes empreendimentos e que, em muitos casos, vieram a se tornar trabalhadores desses mesmos empreendimentos.

Numa linguagem marxista mais ortodoxa, as águas irrigadas seriam parte do “capital constante” da produção das mangas e uvas de Juazeiro e Petrolina. Como máquinas, equipamentos e adubos, são manejadas pelos irrigantes e trabalhadores nas fazendas e seu custo é repassado ao preço (e, logo, valor) das frutas que chegam ao mercado. Não sem razão, há uma crítica de que enquanto se exportam as frutas da *“Califórnia Brasileira”*, se está exportando, igualmente, as águas do Rio São Francisco.

Um pesquisador da Embrapa, durante uma entrevista, foi enfático quanto a isso. Enunciou que o custo da produção de frutas no Vale do São Francisco é bastante alto quando comparado a outras regiões em razão de toda esta tecnologia empregada, mas, sobretudo, pelas águas utilizadas na irrigação:

E aí você tem irrigação cada vez mais eficiente, né? Mas água é um recurso caro e de disponibilidade limitada. Então a gente já tem uma crítica relacionada à exportação de água... Porque exportar fruta é basicamente exportar água também. (João Ricardo – Pesquisador da Embrapa)

Para compreender como as águas do São Francisco são exportadas, é preciso antes descrever como elas compõem as frutas ali desenvolvidas. Nesse processo, a Embrapa Semiárido foi fundamental.

4 A Pesquisa, as Águas, a Embrapa e a Fruticultura

Como relatou uma, então, estudante do Bacharelado em Antropologia da Univasf, a infraestrutura da Embrapa Semiárido, com seus 20 laboratórios, auditório, 140 mil volumes na biblioteca, 100 bolsistas e estagiários e sala de reuniões muito bem equipada – em que fomos recebidos por pesquisadores que não só nos ofereceram uma longa palestra, mas nos deram brindes (canetas, cadernos de anotações e um boné da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)) para nos protegermos do sol na visita que faríamos a seguir numa “estação experimental” – mereceu mais destaque em seu trabalho final que o mar das águas represadas do Lago de Sobradinho que visitamos no caminho entre São Raimundo Nonato-PI a Petrolina-PE, em Remanso-BA.

Ali, na beira do Lago, conversamos com pescadores que eram crianças quando a cidade foi submersa por conta da construção da barragem e viram suas famílias, que viviam na “Remanso Velha”, perderem animais, objetos pessoais e terem de se deslocar para outras casas e regiões. A aluna também deixou de mencionar a imensa estrutura de bobinas, bombas e torres da Barragem de Sobradinho, na cidade homônima que também visitamos, em que é possível avistar do alto, de um lado, o Rio São Francisco que dali volta a ter suas águas correntes, e de outro, o rio cercado, dividido por longos canais que levam que levam águas às terras dos “Perímetros Irrigados”, financiados pelo Banco Mundial.

A visita na Embrapa fez esta aluna e os demais estudantes, por um momento, se esquecerem do texto de Ligia Sigaud (1986) que propositalmente tínhamos lido uma semana antes da viagem, que documenta que 72 mil pessoas foram deslocadas sumariamente pela Chesf para a construção da Barragem. Mesmo porque um dos pesquisadores que nos recebeu começou sua fala dizendo que estávamos diante do “*melhor semiárido do planeta*” e que a Embrapa tinha chegado ali junto com a Chesf como uma forma de “*mitigar eventuais impactos da construção da Barragem*” e intensificar a “*transferência de tecnologia*” para as populações do semiárido.

A Embrapa (mas também a Codevasf ou a Chesf) foi, e segue sendo, um braço fundamental do Estado para o “*segredo*” do funcionamento exitoso do mercado de frutas (e águas) no Vale do São Francisco. Como defende o economista Christian Parenti (2022), ao propor uma “ecologia política do valor”, a história do desenvolvimento do Capitalismo é sempre uma história de desenvolvimento guiada pelo Estado. Este, opera como uma espécie de catalizador central que lida com o planeta como uma espécie “*armazém de Natureza Barata*” (Parenti, 2022, p. 298) por meio de atos de administração, mediação, produção, controle territorial e entrega da natureza não-humana – via instalação de infraestruturas ou disponibilidade de créditos e empréstimos bancários, por exemplo – para a acumulação dos Capitalistas. E, de certo ponto de vista, a instalação de uma sede da Embrapa em uma zona semiárida para, conforme afirmou o funcionário que nos recebeu, “*mitigar*” os efeitos do deslocamento forçado de populações pela obra da Barragem de Sobradinho empreendida pela Chesf, mas, concomitante, promover um projeto agrícola de grande escala pautado pelo controle do clima, das plantas e das águas, corrobora com a argumentação de Parenti (2022).

No ano de 2025, a Embrapa Semiárido, sediada em Petrolina, completou 50 anos. Conforme lembram os historiadores Brito e Araújo (2011) e os próprios pesquisadores que nos receberam contaram, a Embrapa nasce no Vale do São Francisco como “Centro de Pesquisa

Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA)” criado em 1975, e instalado em 1976. Num folheto de divulgação publicado em 1979, e referenciado na apresentação dos pesquisadores da Embrapa, o centro nasce com o objetivo de:

Conhecer, cientificamente, o meio-rural do Trópico Semi-Árido, em seus aspectos agroecológicos e sócio-econômicos” e “gerar, adaptar e difundir tecnologia agropecuária para aperfeiçoar os sistemas de produção do Semi-Árido (CPATSA, 1979, p. 2).

Além disso, começa com três campos experimentais que mantém até hoje. Um deles voltado a pesquisas com agricultura de sequeiro, manejo de solo da caatinga, de rebanhos e de forrageiras e dois outros, entre eles, o “Bebedouro”, localizado dentro do primeiro Perímetro Irrigado de Petrolina instalado em 1968 como “[...] um laboratório da viabilidade de análises técnicas e econômicas” (Cavalcante, 2010, p. 35) no semiárido com pesquisas com drenagem e fruticultura irrigada de uva, citros, manga, graviola, pinha, figo, pêssego e maracujá.

A “*transferência de tecnologia*”, o manejo de águas do São Francisco e, especialmente, a seleção de frutas seguem sendo as frentes mais conhecidas daquela unidade da Embrapa. E seria impossível resumir neste artigo, o conjunto de pesquisas que fomos apresentados na referida palestra. Ali, realizam experimentos de “*sustentabilidade do semiárido brasileiro e diversidade agroecológica e socioeconômica*” com pequenos e médios agricultores e populações tradicionais da caatinga, que através do uso das águas de cisternas domésticas, conseguem melhorar variedade de plantas *crioulas* como maracujá-do-mato, umbu ou cajuí. Mantém uma rede com sete estações meteorológicas para o monitoramento do clima, com medições de umidade relativa do ar, temperatura do solo, direção dos ventos, radiação solar e níveis de precipitação das chuvas (Angelotti, 2009).

Mas são as pesquisas para a criação de variedades de frutas para exportação, altamente adaptadas ao clima semiárido e às técnicas de irrigação, as meninas dos olhos da unidade.

No “Bebedouro” há experimentos de desenvolvimento de uvas, mangas, cebolas, melões, cocos e melancias (já estabilizadas e adaptadas há mais tempo no clima semiárido), mas também com caquis, maçãs e peras, variedades de clima de temperado. A paisagem do campo experimental, uma fazenda de fruticultura com 80 hectares, é dividida em pomares com cultivares específicos regados com finas mangueiras (ligadas aos canais de irrigação) e entremeados por bombas, que dissipam as águas do Rio São Francisco através destas mangueiras por técnicas de gotejamento em cada uma das raízes dos pés de fruta.

Cada pomar, dedicado a uma fruta, corresponde ao experimento de um pesquisador da Embrapa. Em parceria com técnicos agrícolas, que controlam a irrigação, as podas, o uso de reguladores de crescimento e os enxertos, os pesquisadores selecionam variedades até alcançar níveis ideais de resistência ao clima, ao solo e à água, além de suculência e aparência adequadas ao mercado consumidor. O caso das peras foi o que mais nos impressionou: ainda indisponíveis no mercado, há vinte anos elas são selecionadas no campo experimental e nos laboratórios de manejo genético da sede, na expectativa de que se tornem, quem sabe, uma variedade tão difundida quanto a “BRS Vitória”, a uva de mesa mais popular nas plantações do Vale.

A sigla BRS, seguida de um nome fantasia, como “Vitória”, indica que uma determinada variedade foi desenvolvida pela Embrapa, está no Registro Nacional de Cultivares (RNC)

e protegida pelo Ministério da Agricultura pela Lei de Proteção de Cultivares (LPC). Tais mecanismos de proteção e desenvolvimento de cultivares pela Embrapa e outras instituições privadas com características de “*novidade, distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade genética*”, é um tema caro a agrônomos, pesquisadores e melhoristas em razão da criação e controle dos direitos de propriedades de patentes que desenvolvem. E parte das controvérsias destes processos já foi tratada por antropólogas como Laura Santonieri (2015) e Manuela Carneiro da Cunha (2009).

A BRS-Vitória, uma variedade de uva sem caroço, com sabor muito adocicado e cachos pequenos utilizada na produção de sucos e vinhos, foi desenvolvida na década de 90 em outra unidade da Embrapa, em Bento Gonçalves-RS, a partir do cruzamento de materiais genéticos de duas outras variedades (BRS-Linda e CNPUV 681). Foi testada nos estados do Paraná e de São Paulo, mas foi no Vale do São Francisco, segundo os pesquisadores, que melhor se adaptou. Até a década de 1990, as variedades *Thompson Seedless*, *Sugraone* e *Crimson Seedless* tinham sido introduzidas nos sertões baianos e pernambucanos, mas não tinham se adaptado às condições climáticas do semiárido, além disso, poucos produtores locais tinham acesso a esta variedade em razão do pagamento de *royalties* sob sua produção aos selecionadores destas variedades.

Quando a Embrapa consolida esta uva e cede aos agricultores do Vale do São Francisco a licença de produção dessas variedades, a fruticultura da região se amplia. Inclusive, a narrativa dos pesquisadores da Embrapa sobre o êxito de adaptação – e logo, de comercialização – da uva Vitória no semiárido nordestino foi sintética e baseada numa relação “bem-sucedida” entre genética, clima e ambiente, segundo eles, fundamental para a agricultura.

Há uma quadriade elementar nos enunciados destes pesquisadores que parece suspender quaisquer possibilidades de descontrole da produção:

- 1) o clima quente e seco do semiárido reduz doenças;
- 2) o uso de técnicas de irrigação é melhor para as plantas até mesmo que a chuva (“*nem precisa chover*”);
- 3) através de *reguladores de crescimento* (hormônios e defensivos agrícolas) se controla quando as plantas vão produzir e isso ajuda a gerar...
- 4) a *produção escalonada nos pomares* que pode produzir o ano todo, permitindo mais de uma *safr*a anual.

Essa quadriade, que produz um arranjo supostamente controlado entre natureza, tecnologia e sustentabilidade ecológica e econômica, é pautada pela oferta e procura do mercado externo que produz aquilo que os agricultores e pesquisadores do Vale entendem como fundamental, “*as janelas de oportunidade*”: a exportação das uvas do Vale, mas também das mangas, se dá no preciso momento que outros países produtores de fruta, e dependentes das alterações de clima, estão na “*entressafra*”.

Conforme sintetizou um dos agrônomos que nos recebeu: “*Sol tem o ano todo. Irrigando e regulando crescimento vai produzir todo tempo e se sabe quando vai colher escalonando. Isso oportuniza o controle das vendas e exportações*”.

Mas a fala de outro pesquisador durante uma entrevista realizada mais recentemente, um economista, coordenador dos Observatórios de Exportação de Mangas e Uvas da Embrapa

Semiárido, foi ainda mais precisa para descrever a dinâmica de produção e, especialmente, exportação de frutas no Vale do São Francisco:

Então você tem água de irrigação, muitas horas de sol e muita tecnologia. Muita, muita, muita tecnologia! É isso que faz o sucesso da fruticultura do Vale. E eu já andei por vários outros países e nenhum outro país tem tanta tecnologia pra produzir frutas como o Brasil tem. Peru não tem, Chile não tem, os Estados Unidos não tem, países da Europa... nenhum tem tanta tecnologia. Essa tecnologia, junto com disponibilidade de água de irrigação e sol, muitas horas de sol, praticamente o ano inteiro é que permite a gente ser diferente dos nossos concorrentes. E diferente como? É que a gente consegue produzir o ano inteiro. Você vai encontrar fazendas, que na mesma fazenda, você vai ter pessoas colhendo áreas que ainda estão no começo do processo e outras que estão no fim do processo, um ao lado do outro, como se fosse a esteira de uma fábrica... Então de um lado tem planta descansando, de outro lado tem planta florando, você olha pra outro lado já tem os frutos aparecendo e em outro lado os caras estão colhendo e, logo ali, tem os caminhões saindo com frutas pra exportar ou para vender para o mercado interno. Tudo junto! Tudo acontece ao mesmo tempo! Quando o mundo não tem fruta por algum motivo, quebra de safra ou qualquer coisa que acontece, você vem comprar no Brasil porque você sabe que o Brasil consegue ... E são muitos anos de estudo, estudos de todas as instituições de pesquisa, pessoas que vieram de outros países para o Vale do São Francisco (João Ricardo – Pesquisador da Embrapa)

5 Um Mundo sem Safra: a administração das frutas, dos trabalhadores e das exportações

O tempo de desenvolvimento das plantas e variedades da Embrapa, não é o mesmo tempo das grandes fazendas fruticultoras. Indubitavelmente, a Embrapa, como um braço do Estado, acelerou para o Mercado o tempo da produção das frutas. Nas fazendas de produção, como na Embrapa, se maneja, se cultiva e se domestica, certamente, plantas e águas, mas o seu negócio é lidar, sobretudo, com as tais *janelas de oportunidades*, e eu diria, que em mais de um sentido.

O grupo da fazenda fruticultora que visitei junto com alunos da Univasf – localizada no Perímetro de Irrigação Nilo Coelho – exporta uva Vitória, mas na visita que fizemos, conhecemos uma propriedade especializada em mangas. A gerente que nos recebeu – uma jovem engenheira agrônoma formada na Esalq/USP e recentemente trabalhando, como muitos de seus colegas, em Petrolina – disse que o trabalho da Embrapa, indubitavelmente, foi importante, mas que a “*falta de estrutura*”⁴ para pesquisa da empresa, tem feito com que as grandes fazendas de exportação, como aquela em que ela trabalha, procurem empresas privadas de melhoramento genético de frutas, muitas, inclusive, com sede em Petrolina.

⁴ A fala da agrônoma me lembrou o caso do gado Pé-Duro do Piauí que estudei anos atrás (Leal, 2017). Naquela pesquisa, descrevi o processo de consolidação – empreendido pela Embrapa – de tornar gados considerados mestiços, “pés-duros”, muito adaptados ao semiárido piauiense desde a colonização portuguesa, em uma raça bovina, reconhecida pelo Ministério de Agricultura no ano de 2012. Tal processo envolveu o intenso trabalho de pesquisadores da Embrapa e de técnicos de campo em uma estação experimental em São João do Piauí (PI) para desenvolver e criar reprodutores, matrizes, aptos a disseminar a genética destes espécimes em rebanhos nacionais. Além disso, envolveu agentes culturais da Secretaria de Cultura do Piauí, que em aliança com pesquisadores da Embrapa, tornaram estes tipos um “patrimônio cultural e genético piauiense”, fundamental para que o ministério o considerasse estes tipos como uma raça. O fato é que, alguns anos depois, em 2019, voltei até a Estação Experimental de São João do Piauí e os principais reprodutores tinham sido entregues à iniciativa privada. Segundo um dos tratadores de gado que nos recebeu na ocasião, boa parte do rebanho, no caso, as melhores matrizes, estavam em fazendas de grandes pecuaristas piauienses.

Se a visita à Embrapa nos deixou “inebriados” com a capacidade da ciência de domesticar e controlar águas, clima, safras e variedades de frutas no Vale do São Francisco, a chegada a uma fazenda exportadora nos colocou diante das contradições de uma plantação em grande escala: as relações de trabalho, o poder dos proprietários e a velocidade da linha de produção, materializada na *packing house*, a casa de embalagem das frutas.

Os donos da fazenda que visitamos vivem muito longe de Petrolina (não são “colonos”, tampouco “sertanejos” membros da elite política local). Possuem outros negócios: são proprietários de uma *holding* com 27 empresas, entre elas, a Companhia Siderúrgica Nacional. Além da Companhia Siderúrgica Nacional, são proprietários de um banco e de uma companhia de tecidos. Foram os tecidos, inclusive, que os levaram à fruticultura. Um produtor rural potiguar, na década de 1980, quitou uma dívida com o grupo com a entrega de sua fazenda de algodão. Imaginaram que o investimento em algodão abasteceria às demandas de sua fábrica de tecidos, localizada no Ceará, mas não deu certo: a plantação foi tomada por bichos.

Foi então que passaram a investir nesta propriedade no Rio Grande do Norte próxima a cidade de Mossoró, na seleção de mangas, também irrigadas. E com vistas a ampliar seus negócios com a fruticultura, adquiriram duas fazendas em Petrolina, no ano de 2010, especializadas na produção de uvas e mangas.

Na fazenda que visitamos, há um mar de pés de manga das variedades *Haden*, *Keitt*, *Kent*, *Palmer*, *Tommy* e *Ataulfo*. Nos 120 hectares há plantas do mesmíssimo tamanho, bem mais baixas que os pés de mangas que costumamos avistar em quintais ou terreiros domésticos. Quando perguntamos a agrônoma se aquelas árvores eram jovens, ela nos explicou que não. A poda contínua permite controlar a altura para conter acidentes com os trabalhadores, segundo afirmou a agrônoma: “temos de evitar acidentes, o sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolina é muito forte”.

Naquela única fazenda, na ocasião de nossa visita, havia postos de serviços para 180 trabalhadores que atuam em diversas fases da produção: podadores, auxiliares de campo, irrigantes e embaladoras. Os agronegocistas do Vale do São Francisco orgulham-se de contratar mulheres, elas costumam trabalhar nas *packing houses* ou na colheita das uvas porque suas mãos, menores que as dos homens, costumam manter a qualidade estética das frutas, mercadorias delicadas que requerem cuidado em seu manejo para exportação. Mas juntando todas as propriedades do grupo especializadas em fruticultura, empregam cerca de 800 pessoas. Segundo a agrônoma, há trabalhadores efetivos (com carteira assinada) e sazonais, mas lembrou que sempre há vagas de trabalhos. Naquele momento, por exemplo, buscava 40 trabalhadores para atuarem na colheita de mangas na Fazenda.

Muitos trabalhadores rurais do Vale do São Francisco preferem ser safristas (que são trabalhadores que atuam por temporada na colheita de mangas e uvas e ganham por dia de trabalho) a terem carteira assinada⁵, receberem um salário mínimo e perderem seus benefícios sociais. E esta oferta de postos de trabalho inclusive, têm promovido alinhamentos entre produtores de Petrolina com o governo federal. Em 2024, contou-nos a agrônoma e periódicos e blogs do Vale do São Francisco, a Abrafrutas divulgou uma reunião entre seus diretores com os, então, ministros do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, do Trabalho,

⁵ Segundo dados dos Observatórios da Manga e da Uva da Embrapa sobre o Polo Juazeiro/Petrolina, em setembro de 2025, 31.890 pessoas trabalhavam com carteira assinada na cultura da uva, já outras 14.454 pessoas, eram empregadas na cultura da manga no mesmo período.

Luiz Marinho, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, para anunciar e divulgar que por novas normas do governo federal, pessoas com carteira assinada, poderiam manter o “Bolsa Família”. Segundo a Abrafrutas, isso é fundamental para dar “vínculos sociais e justos” aos safristas.

O tema, inclusive, foi objeto de uma das palestras do *Fruitt Forum*, uma das atividades da *Fruitt Attraction* de 2026, e promoveu uma acalorada discussão entre os presentes. Na ocasião de uma mesa redonda de título auspicioso, “*Falta Gente? Soluções que Funcionam para Contratar, Treinar e Reter PESSOAL*”, uma CEO de uma das principais consultorias de Recursos Humanos de São Paulo tratava da necessidade dos empregadores do “Agro”, diante da escassez de funcionários, “inovarem” através do conceito de *Employer Branding*: estratégia do mundo corporativo de valorizar as marcas através de atração e retenção de “talentos” pela capacitação e políticas de bem-estar que conectem os funcionários com os propósitos da empresa. A CEO, tentando interagir com os presentes, perguntou para uma jovem produtora proprietária de fazendas de exportação de uvas e mangas em Petrolina que a acompanhava no painel, o que ela fazia para reter seus colaboradores e ela respondeu, imediatamente, e de maneira um tanto constrangida: “*Eu não atraso o pagamento dos salários e assino a carteira de todos os meus funcionários*”. Um produtor da plateia que estava dando início a sua fazenda de uvas irrigadas no sertão do Piauí, então, levantou a mão e disse que assinar carteira nada adiantava, porque “*os jovens não gostavam de sol e não queriam trabalhar na agricultura*”.

Porque a preocupação em manter funcionários com carteira assinada está ligada, segundo a agrônoma que nos recebeu naquela visita à fazenda de Petrolina, aos selos de certificação (de qualidade, trabalho humanitário e respeito ao meio ambiente), fundamentais para uma empresa exportar frutas. Na propriedade que visitei, por exemplo, exportam mangas para Holanda, China, Rússia, Estados Unidos, Canadá, Dubai e Coreia. Por isso, a agrônoma lembrou que uma fazenda de exportação sempre possui funcionários trabalhando com as demandas internacionais, primeiramente para realizar os acordos de compra e venda nas “*rodadas de negócios*” promovidas por feiras como a *Fruit Attraction* e, especialmente, para estarem atentos as tais “*janelas de oportunidade*”.

Se Peru ou Índia, por exemplo, grandes produtores de manga, vendem seus estoques em determinados meses do ano, intensifica-se, na fazenda em Petrolina, o uso de reguladores de crescimento e de quantidade de água via irrigação nas plantações, a fim de produzir e comercializar frutas no momento de escassez de outros mercados internacionais.

Oitenta por cento da produção daquela fazenda destina-se ao mercado internacional: cada manga “*premium*” pode ser vendida por 5 euros na Europa. Na *packing house*, as frutas passam por uma seleção minuciosa: percorrem esteiras e tanques, onde são higienizadas, pesadas, vistoriadas, enceradas com óleo vegetal e embaladas. Em seguida, seguem em *containers* refrigerados para o mercado internacional, pelos portos de Recife (PE) ou Natal (RN).

Mas há, nessa seleção, frutas ainda “*mais premium*” que as outras. Estas são embaladas em caixas mais suntuosas e saem de avião direto de Petrolina para seu destino. Entre estes consumidores “de elite” está um dos donos da fazenda que, de tempos em tempos, contou-nos a gerente, solicita que as mangas e uvas produzidas em suas propriedades no Nordeste brasileiro cheguem até sua casa, na Europa.

Na visita em que fizemos, no mês de dezembro, boa parte das mangueiras estava sem frutas: finalizava-se, na *packing house*, o processo e embalagem e envio da produção.

Auxiliares de campo recolhiam os poucos frutos nas copas ou pelo chão, no entorno das árvores. Estes frutos, junto com outros que já tinham passado pela *packing house* e não tinham o padrão ideal, eram parte do “*refugo*”: os 20% por cento que não são exportados. Esses frutos seriam recolhidos a seguir por outra categoria de trabalhadores do Vale do São Francisco, os “*refugueiros*”, que merecem um estudo a parte. Donos de caminhões, passam nas fazendas de Petrolina e Juazeiro recolhendo o “*refugo*” e o levando para o Ceasa de Juazeiro-BA, o segundo maior do país.

As frutas maduras que foram selecionadas para serem “*premium*”, virarão sucos ou polpas, mas outra parte delas é encaminhada para os supermercados e serão aquelas mangas, que nós, meros consumidores de frutas brasileiros, vamos, muito provavelmente, comer...

6 Considerações Finais

Conforme enunciado no início deste artigo, a presente pesquisa está em curso e, portanto, neste texto não cabe uma conclusão definitiva. Muitas incursões a campo, entrevistas e consultas de documentos ainda devem ser realizadas a fim de descrever outras tantas camadas da produção, comercialização e exportação de mangas e uvas no Vale do São Francisco.

A partir de uma influência marxista, mais implícita do que explícita, e de notas etnográficas produzidas em diferentes momentos da pesquisa, este texto buscou descrever o pujante e controverso “feitiço” da fruticultura irrigada do Polo Juazeiro/Petrolina. Com base em documentos, entrevistas com agentes do agronegócio e trabalhos das áreas de economia e agronomia, procurou-se apresentar o “*segredo*” do “*sucesso*” de uma zona semiárida brasileira celebrada como um “*modelo de agricultura sustentável*”, na qual “*chover pode até atrapalhar*” os negócios.

Inspirado pela ideia do fetichismo da mercadoria de Marx, o texto quis rastrear os “mecanismos mistificadores” que tornaram as frutas (mas também as ausências, presenças e manejos de águas) centrais para o Vale do São Francisco. Quis explicitar aquilo que está implícito (porém não necessariamente aparente) nos enunciados sobre os êxitos do PIB, na “qualidade de vida” e no crescimento populacional de Petrolina ou nos sofisticados conhecimentos utilizados para a produção de variedades de frutas adaptadas ao semiárido pelos efeitos da irrigação, tão celebrados por agentes do agronegócio.

Como ensinam Marx e parte de seus comentadores (Grespan, 2021), o fetiche não é uma ficção, mas uma ilusão real: produz poderes organizadores que conformam mercadorias e, em suas formas ampliadas, dinheiro e capital. Por isso, é intrínseco às relações de trabalho, posse, propriedade, empréstimo, crédito e juros. Também engendra práticas e saberes econômicos, administrações estatais, controles políticos e sociabilidades que reproduzem e ampliam os mercados capitalistas.

Assim, partindo da potencialidade deste conceito para uma antropologia que se pretendeu etnográfica, artigo não apresentou as frutas produzidas no Vale simplesmente como alimento, como “*algo que se come*” (como defendem parte dos interlocutores dessa pesquisa ao tentar diferenciar o agronegócio do Polo Juazeiro/Petrolina de outros agronegócios brasileiros), ou seja, a partir de seu “valor de uso”.

Antes, quis rastrear os artifícios (pouco evidentes se não fossem apresentados a partir de uma perspectiva histórica e etnográfica) de feitura dessas frutas a partir da energia obtida da natureza (a partir do sol e das terras) e pelo tempo de trabalho e dos salários de safristas, colhedores, podadores, embaladoras, irrigantes, técnicos agrícolas e, tantos outros agentes, que atuam no “*chão de fábrica*” das fazendas. Mas, igualmente, rastreou parte do processo histórico de expropriação de terras e águas realizado a partir de grandes empreendimentos – como a instalação Perímetros Irrigados e a Barragem de Sobradinho – financiados pelo Banco Mundial e evidenciou a centralidade no Polo Juazeiro/Petrolina de instituições estatais como a Embrapa e a Codevasf que transferem tecnologias (e, logo, Capital) para empresários a partir de uma administração e controle complexo do clima, das terras, dos defensivos agrícolas, mas sobretudo das águas irrigadas do Rio São Francisco transformadas em um capital fundamental para realizar especulações de preços pelas “*janelas de oportunidades*”, sobretudo, para viabilizar exportações.

Ao rastrear a complexa cadeia de produção de frutas no Vale do São Francisco, o texto mostrou como formas fetichistas se reproduzem em diversas escalas: nos arranjos políticos e de parentesco, nos enunciados científicos e agrotécnicos e nos mecanismos de expropriação e alienação de terras e águas que conformam um mercado agrícola “inebriante”. Mostrou também que as frutas ali produzidas não se destinam necessariamente aos consumidores brasileiros, que recebem apenas parte do “*refugo*” de um mercado exportador de mangas e uvas e, igualmente, das águas do Rio São Francisco e dos investimentos em ciência e tecnologia realizados por empresas estatais brasileiras.

Referências

- ALMEIDA, Mauro. Marxismo e Antropologia. In: ALMEIDA, Mauro. **Caipora e outros conflitos ontológicos**. São Paulo: Ubu, 2021. p. 13-25.
- ANGELOTTI, Francislene. **Mudanças climáticas e o Semiárido brasileiro**: o papel da Embrapa Semiárido e suas áreas de pesquisa. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009.
- AQUINO, Thulio André Moura de. **Caminhos do poder**: práticas políticas da família Coelho na cidade de Petrolina-PE, 1930-1947. 2011. 121p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- BEZERRA, Sabrina Luz. **O que vem depois das águas**: entre arquivos da exceção e da libertação das terras no Submédio São Francisco. 2025. 218p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2025.
- BRITO, Débora S. L.; ARAÚJO, Nilton. A. “EMBRAPA/Semiárido (1970/1990): as ciências e o desenvolvimento agrícola no Submédio São Francisco”. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS. ENAPEHC, 2011, Salvador. **Caderno de Resumos e Programação das Atividades**. II Encontro Nacional de Pesquisadores em História das ciências, 2011.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac&Naif, 2009.
- CAVALCANTE, Neusa. **Codevasf, 35 anos**: uma história de trabalho e desenvolvimento. Brasília: Codevasf, 2010.
- CHILCOTE, Ronald. **Transição e Classe dominante no Nordeste**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- CPATSA – CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO TRÓPICO SEMIÁRIDO (PETROLINA-PE). **Projeto de Implantação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido – CTSA**. Brasília, DF: Embrapa, 1979 (mimeo).

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LOPES, Sergio Leite. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, 2010.

LEAL, Natacha Simeí *et al.* Criação, água e parentesco: Trajetórias e genealogias da família Negreiros no povoado de Lagoa de Fora, São Raimundo Nonato-PI. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. e214305, 2023.

LEAL, Natacha Simeí. “De sangues, purezas e misturas bovinas. Políticas e Saberes da Criação”. In: COMERFORD, John; BEZERRA, Marcos Otavio; PALMEIRA Moacir (org.). **Questões e dimensões da política**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2017. p. 303-318.

LEAL, Natacha Simeí. Por uma Antropologia na Caatinga: um breve ensaio sobre o bacharelado em Antropologia na Univasf e a interiorização do ensino superior no Brasil. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 39-57, 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021 [1913].

MARQUES, Adalton. Se você está procurando a prisão, você encontrou a terra: pensando periferia e encarceramento a partir da CPT de Juazeiro. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 41, n. 22, p. 87-121, 2022.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I – o processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES PEREIRA, João Márcio Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e ajustamento estrutural: o Banco Mundial durante os anos McNamara (1968-1981). **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 425-460, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228-244, 2015.

ORTEGA, Antonio Cesar; SOBEL, Tiago Farias. Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 35, 2022.

PARENTI, Christian. Criação do ambiente no Capitaloceno: a ecologia política do Estado. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Editora Elefante, 2022. p. 273-301.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Suvale, 1972.

SANTONIERI, Laura. **Agrobiodiversidade e conservação ex situ**: reflexões sobre conceitos e práticas a partir do caso da Embrapa/ Brasil. 2015. 529p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional**, v. 9, p. 1-116, 1986.

SOUTO JÚNIOR, José Fernando. A engrenagem da produção de frutas: Estado, empresário e trabalhadores no Vale do São Francisco. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 1, n. 50, p. 213-230, 2019.

TAUSSIG, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

VISCARRA, Simone. Petrolina (PE) através do tempo: um estudo sobre a formação política da cidade até os dias atuais. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 13, n. 26, p. 282-307, 2022.

VISCARRA, Simone; GONÇALVES, Fernanda. Representação política e poder econômico: um estudo de caso sobre a cidade de Petrolina (PE). In: VI ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Brasília, DF, maio de 2025. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2025.

Natacha Simeí Leal

Professora do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (Unb). Atua nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA /Unb) e Política, Cultura e Ambiente (PoCam/Univasf). É doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Endereço Profissional: Departamento de Estudos Latino-Americanos, UnB, Pavilhão Multiuso II, Brasília, DF. CEP: 70297-400.

E-mail: natacha.leal@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5693-4908>

Como Referenciar este artigo:

LEAL, Natacha Simeí. Agronegócios e seus “feitiços” no Polo Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) – Notas sobre as Águas e as Frutas do Vale do São Francisco. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, e113126, p. 1-21, 2026.